

A CONSTRUÇÃO DO SUL-AMERICANISMO LA CONSTRUCCIÓN DEL SUDAMERICANISMO

Luciano Wexell Severo (UNILA)¹

Resumo: Depois de 2003, o Brasil reorientou a prioridade de sua estratégia de inserção internacional no sentido da edificação do Sul-americanismo. O movimento foi resultante de um processo longo de consolidação desta concepção sul-americanista. Os avanços também são frutos de um emaranhado de acontecimentos e casualidades, como a crise da unipolaridade estadunidense e a coincidente confluência de outros presidentes orientados por uma perspectiva integracionista. Argumentamos que existe uma linha clara, de construção coletiva, edificada por intelectuais, políticos e governantes da região, que representa as reivindicações de identidade e de unidade regionais, propostas há 200 anos pelo pensamento emancipador dos Libertadores. Desde nosso ponto de vista, o tronco estrutural da estratégia de inserção internacional do Brasil não será facilmente modificado por um novo governo antinacional, liberal e associado a Washington. A história segue.

Palavras-chave: Integração; América do Sul; Regionalismo.

Resumen: Después de 2003, Brasil reorientó la prioridad de su estrategia de inserción internacional en el sentido de la edificación del Sud americanismo. El movimiento fue resultado de un largo proceso de consolidación de esa concepción sud americanista. Los avances también son frutos de una maraña de acontecimientos y casualidades, como la crisis de la unipolaridad estadounidense y la coincidente confluencia de otros presidentes orientados por una perspectiva integracionista. Argumentamos que existe una línea clara, de construcción colectiva, edificada por intelectuales, políticos y gobernantes de la región, que representa las reivindicaciones de identidad y de unidad regional, propuestas hace 200 años por el pensamiento emancipador de los Libertadores. Desde nuestra perspectiva, el tronco estructural de la estrategia

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e do Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Relações Internacionais, parceria entre a UNILA e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio). Professor do curso de Economia, Integração e Desenvolvimento da UNILA desde 2011. Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2015). Coordenador do Observatório da Integração Econômica da América do Sul - UNILA. E-mail: luciano.severo@unila.edu.br

de inserción internacional de Brasil no será fácilmente alterado por un nuevo gobierno anti-nacional, liberal e asociado a Washington. La historia sigue.

Palavras-clave: Integración; América del Sur; Regionalismo.

Os pilares do Sul-americanismo

Desde o começo do século XXI, a cada nova eleição presidencial, a conjuntura política na América do Sul foi tornando-se mais orientada ao resgate de projetos de desenvolvimento nacional e, simultaneamente, de iniciativas integracionistas. Já em 2002, era possível vislumbrar a possibilidade de um maior acercamento do Brasil, da Argentina e da Venezuela. Também a partir daquele momento, renovou-se a preocupação estadunidense com a formação de um influente bloco de poder no Sul, que unisse as maiores economias regionais desde as portas do Caribe até os cafundós da Patagônia.

A diplomacia e a inteligência estadunidense identificaram o esgotamento dos governos neoliberais, seus aliados declarados², e agiram para evitar uma reviravolta anti-americanista ou nacionalista³ na região. Exatamente por esta razão, existe farta documentação que comprova o envolvimento da CIA e da embaixada dos Estados Unidos em Caracas na tentativa de golpe de Estado contra Hugo Chávez, poucos meses antes da posse de Lula, no Brasil, e de Kirchner, na Argentina. Washington fez o que podia para impedir o estabelecimento de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires. Contudo, não conseguiu⁴.

2 Depois da queda do muro de Berlim e da derrocada da URSS, selando a vitória da Guerra Fria pela potencia estadunidense, os presidentes da América Latina assumiram posturas de submissão a Washington. São os casos de Rafael Caldera na Venezuela, Gonzalo Sánchez de Lozada na Bolívia, Carlos Salinas de Gortari no México, Juan Carlos Wasmosy no Paraguai, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Jamil Mahuad no Equador, Andrés Pastrana na Colômbia, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Menem na Argentina e Jorge Batlle no Uruguay. Recomenda-se a leitura do trabalho de Maurício Santoro (2008) sobre o chamado "realismo periférico".

3 Utilizamos neste trabalho a expressão "nacionalista" com referência no uruguaio Vivián Trías (1992). O autor apresenta três manifestações do nacionalismo. A primeira teve o aspecto afirmativo das revoluções burguesas europeias, aproximadamente até os anos 1860 e 1870. A segunda encarna uma essência negativa e retrógrada, presente nas potências "capitalistas monopolistas e no expansionismo imperialista" do final do século XIX até a eclosão da I Guerra Mundial. A terceira está relacionada com um Nacionalismo Latino-Americano, que desde as suas primeiras lutas emancipatórias já continha fortes elementos anti-imperialistas, populares e integracionistas.

4 São esclarecedores os trabalhos da advogada e investigadora estadunidense-venezuelana Eva Golinger sobre a ingerência dos Estados Unidos na Venezuela e outros países da região. Vale comentar que, mesmo antes de assumir a Presidência, Lula já contribuiu para constituir

Por um lado, a ascensão de Lula, em 2003, definiu a virada do Brasil para o Sul. Por outro, a concomitância de outros seis governos progressistas na América do Sul marcou o início de uma nova onda de regionalismo. Como afirmou o escritor francês Victor Hugo (1802-1885), “não há nada mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou”. O primeiro foi Hugo Chávez, na Venezuela, em 1999. Depois, Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003. Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2005. Evo Morales, na Bolívia, em 2006. Rafael Correa, no Equador, em 2007. Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008. Em cinco anos, transformou-se o horizonte político da região⁵.

Em seu primeiro discurso como mandatário, o presidente Lula (2003, p. 10) indicou o caminho que o Brasil trilharia:

Eu estou aqui para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos... A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr. (2007, p. 116) lembra que o cenário era “muito diferente do que prevaleceu na década de 1990, quando todos ou quase todos os países da América Latina eram governados por políticos alinhados aos Estados Unidos em maior ou menor grau”. Ao citar alguns presidentes da “Era dos normais”, afirma que eram “procônsules da *‘Pax Americana’*”⁶. Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008, p. 24), por sua vez,

o Grupo de Amigos da Venezuela, que foi fundamental para atenuar o clima de tensão política e, finalmente, contribuir para buscar uma solução constitucional à crise venezuelana, via Referendo Revogatório de agosto de 2004, vencido com folga por Chávez.

5 Em 1998, na Venezuela, o *Movimiento V República* interrompeu 40 anos de revezamento dos partidos *Acción Democrática* (AD) e *COPEI* no poder. Em 2004, a *Frente Amplia*, no Uruguai, acabou com 175 anos de hegemonia dos partidos *Nacional* e *Colorado*. De forma similar, em 2007, no Paraguai, a *Alianza Patriótica para el Cambio* tirou a Presidência do partido *Colorado* depois de 60 anos. Não é um exagero afirmar que a vitória do *Movimiento al Socialismo* (MAS), na Bolívia, em 2005, representou o início do fim do regime de *apartheid* vigente no país andino.

6 O chamado “Realismo periférico” do argentino Carlos Escudé (1992) representa um culto à submissão da periferia ao centro e um reforço à ideia de impossibilidade de um país como a Argentina assumir algum papel ativo e soberano dentro do Sistema Internacional. Daí deriva o argumento de Domingo Cavallo em defesa da Argentina como um país “Normal”,

recorda uma frase do presidente Lula em Caracas: “A solução para a economia da Venezuela, do Brasil e de outros países da América do Sul não está no Norte, além do oceano, mas na nossa integração”. De acordo com o historiador, “esses entendimentos entre Brasília e Caracas causaram, decerto, a inquietação de Washington, que tentava abusivamente isolar o governo de Hugo Chávez, por não subordinar-se aos seus desígnios”.

A estratégia brasileira de inserção internacional voltou-se de forma incisiva para dentro da América do Sul. Vejamos a interpretação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2006, p. 75):

O presidente da República, inclusive no seu discurso de posse, definiu claramente as prioridades. E a prioridade é a América do Sul. Não é a América Latina, é a América do Sul. Com toda a clareza, não tem erro. América do Sul é uma coisa, são os nossos vizinhos, América Latina é outra⁷.

Entendemos que o amadurecimento e a perseverança do Brasil na construção da ideia de “América do Sul” corresponde a uma ação harmônica e continuadora de uma tradição da política externa desde 1889. Moniz Bandeira (2008, p. 12) também contribui para aperfeiçoar a definição de América do Sul ao interpretar que, para o Brasil, sempre houve duas Américas: a do Norte, junto com a Central e com o Caribe, e a do Sul.

O conceito de América do Sul, como conceito geopolítico, e não o conceito de América Latina, um conceito étnico, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi que sempre pautou, objetivamente, a política exterior do Brasil, e até a metade do século XX suas atenções concentraram-se, sobretudo, na região do Rio da Prata, ou seja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que conformavam sua vizinhança e com os quais havia fronteiras vivas comuns... O entendimento do Brasil era de que havia duas Américas, distintas não tanto por suas origens étnicas ou mesmo diferença de idiomas, mas, principalmente, pela geografia, com as implicações geopolíticas, e esse foi o parâmetro pelo qual se orientou a política exterior do Brasil, que no curso do século XIX se absteve de qualquer envolvimento na América do Norte, Central e Caribe, enquanto resguardava a América do Sul como sua esfera de influência⁸.

distanciada dos caminhos contestadores à posição dos Estados Unidos. Carlos Menem defendeu, inclusive, “relações carnavais” de seu país com a potência hegemônica.

7 Em outro texto, Guimarães (2003) reforça que “la importancia para la política externa brasileña de Asia, de África (y hasta incluso de cierta forma de Europa) ha sido, desde 1945, y continuará siendo relativamente marginal cuando se compara con la importancia central de los Estados Unidos en la propia política interna brasileña y en la política sudamericana y, en segundo lugar, de la Argentina, relacionamiento éste esencial para cualquier estrategia brasileña en el sub-continente, base necesaria de toda su política exterior en un mundo que será multipolar”.

8 “O presidente Lula, desde o início do seu mandato, demonstrou que sua política exterior trataria de robustecer a parceria estratégica com a Venezuela e aprofundar os vínculos com a

Um recorrido sobre os traços cardinais do posicionamento do Brasil, ao longo da história republicana, permite identificar uma continuidade ziguezagueante desde o Barão do Rio Branco até Lula, passando por pouquíssimos momentos nos quais não prevaleceu uma orientação política de busca pela autonomia e de preocupação com o espaço sul-americano. *Grosso modo*, o alinhamento com os Estados Unidos teve peso majoritário somente nas ações de Eurico Gaspar Dutra, Humberto Castelo Branco e, em certa medida, Fernando Henrique Cardoso.

Nos anos 2000, gradativamente, o quadro político se diferenciava daquele dos anos 1990. Leonardo Granato (2014, p. 14) defende que surgiu uma “nova concepção da integração”, que resgatou e ampliou o pensamento emancipador e integracionista dos anos 1960, que por sua vez era tributário do pensamento do início do século XX. Por tanto, um século depois, retornavam com robustez as ideias da chamada terceira vertente do pensamento latino-americano, apresentada pelo filósofo mexicano Leopoldo Zea (1976)⁹.

São ilustrativas do chanceler argentino Rafael Bielsa: “Regionalizar-nos é assumir uma resposta política para a globalização porque nos permite utilizar a vontade para definir o tipo de integração que queremos. Isso é muito melhor do que permitir que tudo seja conduzido pelas forças invisíveis do mercado” (GRANATO, 2014, p. 122). As palavras do presidente Kirchner são ainda mais diretas: “A integração regional foi sempre um aspecto irrenunciável de nossa política exterior e também uma constante na história do Peronismo”¹⁰.

Argentina, seu principal sócio no MERCOSUL, e que a integração da América do Sul era sua prioridade número um” (BANDEIRA, 2008).

9 Zea dividiu o conjunto de ideias surgidas na região desde os movimentos independentistas em três grandes vertentes: o “Liberalismo” dos séculos XVIII e XIX, o “Positivismo” dos séculos XIX e XX e a denominada “Libertação da dependência” do século XX. Essa tipologia está sustentada em uma análise histórica e filosófica dos pensadores e agentes políticos. Os três maiores expoentes da terceira vertente são o cubano José Martí (1853-1895), o uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) e o mexicano José Vasconcelos (1882-1959).

10 Desde 1946, orientada pelo General Juan Domingo Perón, a diplomacia argentina vinha promovendo Tratados de União Econômica com os demais países da América do Sul. Os acordos previam o financiamento de obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos e hidrelétricas), o abastecimento de matérias primas para Buenos Aires e a venda de alimentos e bens industriais argentinos para os demais, além da paulatina utilização de moedas locais como forma de pagamento. De acordo com o presidente argentino, “ni la Argentina, ni el Brasil, ni Chile, aislados, pueden soñar con la unidad económica indispensable para enfrentar un destino de grandeza. Unidos forman, sin embargo, la más formidable unidad sobre los dos océanos de la civilización moderna. Desde esa base, podría construirse hacia el norte la Confederación Sudamericana, unificando en esa unión a todos los pueblos de raíz latina (ODDONE E GRANATO, 2008).

Paulo Fagundes Vizentini (2010, p. 9) fala do papel da diplomacia brasileira durante o governo Lula, atribuindo-lhe “sentido tático-estratégico” e “visão de longo alcance”: “a ênfase da era Fernando Henrique Cardoso foi invertida, o que implica uma inflexão significativa em termos de política externa, consistindo-se numa diplomacia *high profile* que recuperou a centralidade da questão nacional”¹¹. Um dos principais formuladores da política sul-americanista do Brasil, o embaixador Pinheiro Guimarães (2006, p. 62), considera que

Um país ‘normal’ é um país ex-colonial que é uma nova colônia, é um país adaptado ao mundo e que aceita a estrutura de poder político, econômico, militar, tecnológico. É ‘normal’ porque não contraria ninguém. Nós não podemos nos encaixar nisso. Isso não é suficiente para nós. Pode ser suficiente para pequenos Estados, cuja capacidade de transformação do mundo é naturalmente limitada por sua dimensão menor. Mas não para um país com as dimensões como o nosso em termos de população, território, recursos e com uma estrutura econômica relativamente muito sofisticada.

Por sua vez, Marco Aurélio Garcia (2014, p. 98), outro dos destacados articuladores da política externa brasileira, aponta que “houve uma percepção, pelos diplomatas ligados a uma tradição progressista dentro do Itamaraty, de uma política externa independente. Resolveram não mais tirar os sapatos nos aeroportos de países desenvolvidos”¹². Porém, mais do que isso, a partir de 2003, preponderou no pensamento diplomático brasileiro a progressiva edificação da América do Sul como um continente¹³.

O ministro Celso Amorim (2014, p. 33) esclarece que existiam três ações dentro das possibilidades da política externa brasileira: responder à agenda internacional já existente, podendo fazê-lo de forma subalterna ou de forma ativa, ou criar novas pautas na agenda. Manifesta que a política externa

11 Vizentini (2010) chama a atenção para o retorno de um protagonismo diplomático do Brasil, que promove Cúpulas dos Países Árabes e Sul-Americanos; Cúpulas África-América do Sul; Sul-Sul e até Norte-Sul. Além disso, ganha forma o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha), buscando a reforma do Conselho de Segurança da ONU, e formam-se o G20 Comercial e o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

12 Um dos episódios mais representativos da subordinação a Washington dos anos 1990 foi praticado pelo então chanceler brasileiro Celso Lafer, em fevereiro de 2002. Em uma viagem aos Estados Unidos, o ministro tirou os sapatos ao passar por vistoria “antiterrorista” nos aeroportos de Miami e Nova Iorque. Outro caso demonstrativo foi a postura inerte do governo frente à remoção do embaixador brasileiro José Maurício Bustani do cargo de diretor-geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ). O diplomata foi eleito para a função duas vezes, 1997-2000 e 2001-2005. No entanto, em 2002, por insistência dos Estados Unidos foi retirado do cargo por não apoiar a versão de que o Iraque tinha armas de destruição em massa. O embaixador Bustani defendeu os princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

13 Em palestra recente, o embaixador Antonio José Ferreira Simões (2014) esclareceu que a América do Sul só deveria deixar de ser considerada como um continente caso a Europa passasse a ser considerada como um subcontinente.

adotada depois de 2003 poderia ser chamada de “altiva e ativa”: “seria altiva porque poderia, sim, tomar posições independentes, mesmo se ferisse o interesse e desejo de outras potências. E seria ativa porque não se resumiria a ficar reagindo diante de situações, mas promoveria assuntos, iniciativas e agendas novas”. A nova postura ficou evidente já nas primeiras semanas do governo Lula, quando o Brasil assumiu posições firmes contra a invasão do Iraque, em defesa da ampliação do Conselho de Segurança da ONU, em prol da constitucionalidade na Venezuela e estimulando a articulação do G-20 da OMC¹⁴. Segundo Amorim, as ações brasileiras contribuíram para mover as “placas tectônicas” do Sistema Internacional.

Apesar dos resultados eleitorais indesejados para Washington, ainda pairava sobre a região a ameaça de criação de uma zona de integração hemisférica, a proposta centenária dos Estados Unidos¹⁵. Guimarães (2006, p. 84) lembra que, “quando chegamos ao governo, o Brasil estava totalmente engajado nas negociações da ALCA”. Amorim (2009, p. 15) também recorda a complexa situação: “nós conseguimos estabelecer um prazo de 10 anos, e não cinco anos, como estava proposto. Depois, o prazo se alongou muito mais, até desaparecer”¹⁶.

Por isso, um dos primeiros movimentos foi o fortalecimento do MERCOSUL, que pouco a pouco ganhou nova perspectiva. Os governantes, especialmente no Brasil e na Argentina, interpretaram que manter o bloco centrado na perspectiva meramente comercial era uma limitação que gerava problemas crescentes. Tratava-se, portanto, de buscar construir um processo

14 Guimarães (2014) ajuda a esclarecer o trabalho realizado dentro da OMC: “Há um esforço extraordinário para normatizar a atividade econômica, ou seja, para gerar regras que sejam aplicadas em todos os países, para tornar a economia global sujeita a determinadas regras, em benefício das megaempresas multinacionais. Isso se fez através da Rodada Uruguai, antigo GATT, atual OMC, com as regras relativas ao comércio, aos serviços, investimentos, à propriedade intelectual e que tentam, de uma forma geral, desregular, reduzir o papel do Estado e permitir maior liberdade de ação das empresas multinacionais”.

15 Recomenda-se o livro de Tereza Spyer Dulce (2013) sobre as Conferências Pan-Americanas. Desde o final do século XIX, os Estados Unidos passaram a pressionar as nações latino-americanas no sentido de adotarem uma União Aduaneira (uma Zollverein americana, com a conseqüente renúncia pelos demais países de suas políticas protecionistas e de estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas internas), criar um Banco Internacional Americano (o futuro BID) e de uma moeda única, com base no dólar.

16 “Com a liberdade que o Presidente Lula permite aos seus assessores fazerem críticas, comentários, eu disse: – Presidente, a nossa prioridade em matéria de integração é o MERCOSUL, não é? – Sim. – Presidente, vou decepcioná-lo, porque não é. Há 10 ou 12 pessoas aqui nos Ministérios que trabalham com o MERCOSUL e 40 ou 50 pessoas que trabalham com a ALCA. Então, a prioridade não é o MERCOSUL, a prioridade é a ALCA” (AMORIM, 2009, p. 15).

mais politizado¹⁷. Com esta finalidade, em junho de 2003 já foi apresentado o “Programa para a Consolidação da União Aduaneira e para o Lançamento do Mercado Comum - Objetivo 2006”, que continha temas relacionados com a desconstrução das assimetrias e a promoção da integração de cadeias produtivas. Note-se que este passo era parecido com o plano original proposto, mais de 15 anos antes, por Sarney e Alfonsín¹⁸.

Na perspectiva de Garcia (2010, p. 161):

O Brasil compreendeu que somente por intermédio do comércio não se resolvem os problemas da construção de uma América do Sul integrada, justa e democrática. Ao contrário, a integração comercial pode, nas circunstâncias atuais, agravar as assimetrias entre países mais desenvolvidos e de economia mais complexa e diversificada, como o Brasil e a Argentina, de um lado, e os demais, de outro.

A despeito de suas diferenças, conforme vimos anteriormente, pelo menos sete presidentes sul-americanos podiam ser incluídos dentro do versátil conceito de “progressismo”: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Ainda continua sendo trabalhoso definir o que exatamente seria um governo progressista. De nosso ponto de vista, uma tarefa ainda mais complexa ainda é admitir que tais governos sejam “pós-liberais” ou “pós-neoliberais”¹⁹.

Emir Sader (2013, p. 138), reconhecido entusiasta do progressismo, entende que há três elementos que caracterizam os governos “pós-

17 De acordo com o argentino Félix Peña (2009, p. 57), a ampliação do MERCOSUL tinha duas perspectivas: uma geográfica e outra de áreas de ação. “La primera se refiere al espacio de preferencias comerciales. A través de acuerdos de alcance parcial, se ha ido tejiendo una red de preferencias que abarca a otros países miembros de la ALADI y, en particular, a los que fueron adquiriendo un estatus de miembros asociados, comenzando por Chile y Bolivia. La otra dimensión se refiere a la ampliación de los objetivos políticos del MERCOSUR. La defensa de la democracia y los derechos humanos, junto con otros objetivos en el plano social, fueron incorporándose gradualmente en la agenda, a la que se sumaron los países asociados”.

18 Moniz Bandeira (2009, p. 2) aponta que “o processo de integração entre o Brasil e a Argentina, iniciado em 1985-1987 pelos presidentes Alfonsín e Sarney, não visava apenas a formação de simples união aduaneira. Tinha também objetivo político e estratégico. A perspectiva era a de que a Argentina e o Brasil constituíssem um polo de gravitação na América do Sul, núcleo de um futuro mercado comum, fundamento para a formação de um Estado supranacional. Este aspecto foi, de certo modo, eclipsado pelo Tratado de Assunção, que os governos de Fernando Collor e Carlos Menem celebraram em 1991, instituindo o MERCOSUL, marcado, entretanto, pelo vezo livre-cambista e neoliberal, dominante àquele tempo”.

19 Para Bastos (2012, p. 8), “parece precoce a identificação de um regionalismo pós-liberal na América do Sul, particularmente no que tange às transações comerciais e aos acordos de liberalização”. Segundo nosso entendimento, para aceitar a definição de “pós-neoliberal” seria obrigatório dizermos que este termo não significa o mesmo que “antiliberal”. Ou seja, o progressismo ocorre cronologicamente depois do neoliberalismo, mas, pelos mais distintos motivos, não termina de romper com as suas estruturas de política macroeconômica.

neoliberais”: privilegiam as políticas sociais ao ajuste fiscal; priorizam a integração regional e as relações Sul-Sul aos Tratados de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos; e sobrepõem o Estado ao mercado. Consideramos que isto não ocorreu exatamente desta forma, ainda que certamente haja indícios de um ressurgimento da busca pelo denominado binômio Autonomia-Desenvolvimento na América do Sul²⁰. Enfrentando conjunturas e condições muito distintas, cada país esforçou-se para recuperar o componente interno, de estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas, e o componente externo, de procura por maior soberania no cenário internacional. Granato (2014, p. 60-61) defende argumentos similares ao de Sader.

Apesar de que estes novos governos não representassem um conjunto homogêneo, entre os elementos em comum, encontramos: a recuperação do papel do Estado nacional como garantidor do desenvolvimento econômico e do progresso social; a adoção de políticas voltadas ao desenvolvimento produtivo, democratização e participação social, e de luta contra a pobreza e desemprego, bem como a participação em processos de integração que outorguem maior autonomia e desenvolvimento pela via regional.

A análise de Barros e Ramos (2013, p. 8), um pouco mais crítica, avança no mesmo sentido:

O processo de reconfiguração do Estado, que já não é neoliberal, mas tampouco regressou aos seus traços nacional-desenvolvimentistas, tem impulsionado a busca por um novo padrão de inserção internacional. A recuperação paulatina do papel estratégico do Estado para a promoção do desenvolvimento (capacidade de investimento do Estado, indução da economia por meio de bancos e empresas públicas, etc.) conduz também a mudanças na forma como o Estado apresenta-se no cenário internacional: a política externa brasileira tem visado a conformar um Estado assertivo também no cenário mundial em transformação, identificando-se com o Sul global e promovendo concertações políticas na região latino-americana e sul-americana²¹.

20 Juan Carlos Puig (1986) e Hélio Jaguaribe (1975) defendem a integração regional periférica como forma de potencializar, de uma só vez, dois movimentos: um processo de desenvolvimento econômico e uma melhor inserção no Sistema Internacional. Eis o chamado binômio “Desenvolvimento-Autonomia”, que reflete o casamento entre a política interna de promoção do desenvolvimento das forças produtivas nacionais e regionais e a política externa ativa e soberana, no âmbito externo. O processo de integração seria um poderoso promotor das duas pernas do binômio.

21 Consideramos, conforme sustentado em SEVERO (2014), que o nacional-desenvolvimentismo (1930-1955) possuía quatro pilares fundamentais, que foram bastante debilitados durante as décadas seguintes, sobretudo durante o período de neoliberalismo extremo (anos 1990): o Estado, as estatais e a burocracia estatal; a classe trabalhadora organizada, sindicalizada e mobilizada; a teia de empresários nacionais, articulados com a estrutura produtiva interna; e as Forças Armadas, parcela armada da burocracia estatal, engajada em garantir os processos de desenvolvimento e de autonomia. Na conjuntura atual prevalece um Estado débil frente aos conglomerados bancários, industriais e comunicacionais; uma economia fortemente desnacionalizada; os movimentos sociais

Por fim, Lima e Coutinho (2006, p. 9-11) dizem que houve uma “onda avassaladora” de “esquerdas”, cuja exceção seria a Colômbia. Assim, também incluem a médica chilena Verónica Michelle Bachelet (2006-2010 e a partir de 2014) no campo progressista. Nestes governos da região teriam prevalecido, afirmam os autores, medidas promotoras da heterogeneidade, da diversidade, de alguns elementos nacionalistas e da identidade sul-americana²². O tênue resgate do “binômio” surgiu como resposta à abertura econômica desenfreada e à política externa de submissão a Washington dos anos 1990. Ao identificar espaços de mobilidade dentro do Sistema Internacional depois de 2001, os novos governos reagiram como se estivessem buscando retomar uma trilha desvirtuada pelos “normais”.

Há, certamente, diferenças entre os governos progressistas. Do ponto de vista da política econômica, por exemplo, imperam os ensinamentos intervencionistas e promotores da demanda interna difundidos pelo inglês John Maynard Keynes. O prisma é amplo e percorre desde um keynesianismo confesso, na Argentina, até um keynesianismo oculto, na Bolívia e no Equador, passando por um keynesianismo inconfessável na Venezuela e pela miscelânea brasileira e uruguaia. No Brasil, no máximo, chegou-se a um keynesianismo envergonhado no governo de Lula. Note-se que uma das características do “pensamento único”, que nunca foi propriamente “pensamento” e menos ainda “único”, é afrontar a mais mínima possibilidade de contestação anti-liberal²³.

debilitados e relativamente desmobilizados; e as Forças Armadas apartadas dos principais debates nacionais.

22 Os autores ponderam que “as mudanças não implicam obrigatoriamente rupturas radicais. Em alguns casos, como Brasil, Chile e Uruguai, houve mesmo mais continuidade do que mudanças com relação à agenda de reformas estruturais. Mas não por isso deixaram de ajustar as políticas ao novo momento, interrompendo o processo de redução e enfraquecimento do Estado ao mesmo tempo em que introduziram inovações importantes que vão ao encontro dos setores populares. Outros países, como a Argentina, implementam mudanças mais nítidas como a interrupção do pagamento e a renegociação da dívida externa, e a adoção de políticas heterodoxas. No extremo das mudanças situa-se a Venezuela, onde se fala ostensivamente em um socialismo do século XXI, em sintonia com algumas tendências observadas também na Bolívia, enquanto Peru e Equador indicam uma guinada à esquerda mais moderada” (LIMA & COUTINHO, 2007, p. 17).

23 A prevalência da perspectiva do pensamento liberal, de engenharia econômica e de robótica gerencial, fez com que os parlamentares brasileiros, hipocritamente, justificassem a interrupção do mandato legítimo da presidenta Dilma Rousseff baseados em uma suposta irresponsabilidade macroeconômica. Diante da ausência de outros motivos, sob a ótica liberal, “pedaladas fiscais” e “decretos suplementares” foram pontual e oportunamente considerados crimes de responsabilidade. É possível afirmar que, neste cenário, Keynes possivelmente seria condenado à cadeia elétrica.

Muitos autores abordam este tema da distinção entre os novos governos. É o caso de Pinto e Balanco (2013, p. 19). Sustentam que, apesar da heterogeneidade, a ideia da integração une os progressismos. Para Corival Alves do Carmo (2012, p. 303) igualmente “não houve um programa político ou econômico comum encampado pelos líderes políticos dos diferentes países, mas houve a formação de um consenso em torno da importância da integração sul-americana como instrumento para o desenvolvimento da região”. Na perspectiva de Vizentini (2010, p. 11),

Mais do que uma ‘onda esquerdista e socialista’ o que se observa é o retorno de uma agenda social, desenvolvimentista (sem um abandono completo do neoliberalismo) e autonomista no plano diplomático, com ênfase na integração (que se afigura um processo longo e complexo). Os ‘regimes progressistas’ não apenas são bastante diversos (os do Cone Sul são democracias plenamente institucionalizadas), como também sua agenda diplomática possui elementos de tensão. Isso se complica com a assinatura de Tratados de Livre Comércio de países menores com os Estados Unidos e [com o fato] da política externa colombiana se identificar fortemente com Washington. Por outro lado, os governos populares (ou ‘populistas’) mais militantes estão construindo empiricamente novos regimes em substituição a elites oligárquicas, que se desintegraram²⁴.

Um consenso sem Washington

Dando continuidade aos encontros de 2000, em Brasília, e de 2002, em Guayaquil, a III Reunião dos Presidentes da América do Sul ocorreu na cidade imperial de Cusco e nos campos de Ayacucho, no Peru, em 2004²⁵. Os acordos assinados exaltaram a identidade sul-americana, os valores comuns e uma história compartilhada e solidária²⁶. Além disso, fizeram referência às potencialidades ainda não aproveitadas da região, ao fortalecimento da projeção internacional soberana e à necessidade de enfrentar as assimetrias.

24 Para Garcia (2008, p. 125), “Hugo Chávez, Evo Morales y Rafael Correa, lejos de ser factores de inestabilidad, representan la posibilidad real de una nueva estabilidad, fundada no en la desigualdad e inequidad social ni en el sometimiento externo, sino en la soberanía nacional y popular. En ese sentido, independientemente de las diferencias de apreciación que pueda haber respecto de las experiencias en curso en Venezuela, Bolivia y Ecuador, es evidente que esos países viven mucho más que una época de cambios... Se encuentran ante un cambio de época”.

25 O encontro coincidiu propositalmente com os 180 anos de aniversário da memorável Batalha de Ayacucho, liderada pelo Marechal Antonio José de Sucre, no dia 9 de dezembro de 1824. A vitória do Exército Libertador representou o fim do domínio espanhol na América.

26 Os valores comuns seriam: “A democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias” (COMUNIDADE, 2005, p. 13).

Esta reunião, de 2004, representou um movimento inédito na história das relações internacionais de nossos países e provavelmente tenha sido, até hoje, o encontro mais importante dos últimos 500 anos. A Declaração de Cusco fala diretamente na “convergência dos interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento das capacidades internas para uma melhor inserção internacional” (COMUNIDADE, 2005, p. 14). Entre as áreas de ação estabelecidas como prioritárias estão: a integração física (de transportes, energia e telecomunicações), os mecanismos financeiros sul-americanos e as assimetrias. Igualmente acordou-se fomentar a promoção de projetos de integração na área social, incluindo “acesso universal à saúde, erradicação do analfabetismo e estabelecimento de um programa de bolsas e formação técnica”²⁷.

Neste sentido, Moniz Bandeira (2008, p. 28) recorda que

O Brasil, ao encorajar, na reunião de Cusco, o lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações, depois denominada União de Nações Sul-americanas (UNASUL), teve um objetivo estratégico, visando a tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do subcontinente, uma potência mundial, não só econômica como também política. Sua dimensão ultrapassava, de longe, o caráter meramente comercial. O Brasil não abdicara do projeto de tornar-se potência mundial. Porém, compreendera que a consecução de tal objetivo passava pela sua integração com a Argentina e, em uma segunda etapa, com todos os demais países da América do Sul²⁸.

Nas palavras do então presidente Lula (2004),

Não é uma integração apenas pensando nos interesses econômicos, mas, sobretudo, na soberania do nosso território, no fortalecimento da

27A declaração de Cusco, resultante desta III Reunião, ainda deliberou que: Seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações – CASA (2005, p. 31).

28 O historiador continua: “O que ao Brasil convinha, assim como à Argentina, era conduzir, de maneira realista, a consolidação do MERCOSUL e a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações como um sistema econômico e político unificado, dentro de um sistema mundial, fortemente competitivo e violento, em que os Estados Unidos tratavam de concentrar e congelar o poder mundial. O processo de globalização sempre significou o crescente domínio das mega-corporações americanas, o esforço de modelar um novo tipo de Império, com a transformação dos exércitos dos países neo-colonizados em forças de polícia, para defender os interesses do capital financeiro e a dolarização de suas economias. Não obstante, o sistema mundial tendia a evoluir para a multipolaridade, apesar da preeminência conjuntural dos Estados Unidos. E nem o Brasil nem a Argentina deviam considerar essa preeminência como definitiva e aceitar o destino de províncias avançadas do grande Império” (BANDEIRA, 2009, p. 28).

disputa que temos que fazer com o mundo desenvolvido... Este é o século que vai trazer a consciência para cada um de nós, de que a solução para os nossos graves problemas, que durante tanto tempo imaginávamos que estaria fora do nosso continente, está muito próximo de nós. E, eu diria, em nossos próprios territórios... O século XXI vai consolidar a integração da América do Sul.

A aproximação se intensificou como nunca. No início de 2005, falando sobre as relações entre Brasília e Caracas, Lula (2005, p. 1) afirmou que “nossos países nunca estiveram tão próximos e irmanados. Nossos mais ambiciosos projetos de integração começam a materializar-se”. O brasileiro celebrou o estabelecimento de uma ampla aliança estratégica entre Brasil e Venezuela. Em setembro daquele ano, em Brasília, foi realizada a I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA.

Entre as principais decisões figuravam a promoção da convergência dos Acordos de Complementação Econômica entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Chile, a Guiana e o Suriname; e a reafirmação das áreas de atuação prioritária definidas em Cusco²⁹. A CASA foi resultante do entendimento político e buscava a integração econômica e social dos povos da América do Sul.

No mesmo mês, na cidade argentina de Mar del Plata, ocorreu IV Cúpula das Américas, ocasião na qual foi reafirmado o abandono da proposta de ALCA. O governo dos Estados Unidos, mancomunado com o presidente do Panamá, Martín Torrijos (2004-2009), ainda tentou insistir com a ideia de continuar discutindo a criação de uma zona hemisférica de livre comércio³⁰. No entanto, sob a liderança do anfitrião Kirchner, além de Chávez e Lula, já estava consolidada a visão latino-americanista e sul-americanista. Depois da cúpula, mesmo debaixo de uma chuva impetuosa, ocorreu um memorável encontro de Chávez, Evo Morales e Diego Armando Maradona com os movimentos sociais que lotaram o Estádio Mundialista de futebol, onde o Brasil jogou na Copa de 1978.

29 Em abril de 2007, na ilha de Margarita, na Venezuela, ocorreu outro encontro bastante significativo: a I Cúpula Energética Sul-Americana. Ainda no mesmo ano foi aprovada “a nova estrutura organizacional e funcional da Secretaria do MERCOSUL, com o objetivo de fortalecê-la e dotá-la de maior capacidade técnica e operativa, porém sem autonomia para exercer qualquer papel de direção política” (GRANATO, 2014). Se em 2003 apenas a Bolívia e o Chile eram membros associados do MERCOSUL, em poucos anos todas as nações sul-americanas haviam sido incorporadas.

30 Curiosamente, Martín é filho de Omar Torrijos, o líder militar à frente da Revolução Panamenha entre 1969 e 1981. O General Torrijos tornou-se conhecido pela sua forte base popular e por suas políticas de redistribuição de terras, inauguração de escolas, geração de empregos e um grande programa de obras públicas.

O pronunciamento do presidente venezuelano ficou marcado como a declaração de enterro da ALCA: “A nosotros nos toca, compañeros, ser los parteros del nuevo tiempo, de la nueva historia, de la nueva integración. Solo unidos podremos derrotar al imperialismo y levantar a nuestros pueblos hacia una vida mejor”. Os manifestantes, eufóricos e empapados, agitavam bandeiras de Evita Perón e gritavam “Alca, Alca, Alcarajo”. Calixtre e Barros (2011, p. 189) consideram que “o fantasma da integração inevitável com os Estados Unidos foi substituído pela necessidade de se gerir a integração sul-americana como meio prioritário de impulsionar o desenvolvimento nacional dos países”. Já em 2012, meses antes de seu falecimento, o líder bolivariano lembrou:

Si no llega a tiempo Lula, si no llega a tiempo Néstor, y Tabaré, en Mar del Plata se hubiera aprobado el ALCA. Yo recuerdo la Batalla de Mar del Plata y el jefe de esa batalla se llamó Néstor Kirchner... Si no hubiésemos derrotado al ALCA no nacía UNASUR. Rindo tributo a Néstor. Y Lula, y Tabaré, y no se portó mal el paraguayo Nicanor Duarte Frutos. Sin todo lo que hicimos Lula, Evo, Rafael, y luego Cristina y el Pepe, esta integración, que está apenas naciendo, no existiría (CHÁVEZ, 2012b)³¹.

Cerca de dois anos depois, em 2006, a Declaração de Cochabamba, na Bolívia, falou explicitamente em “um novo modelo de integração para o Século XXI”. De acordo com o documento, o processo de integração é “ambicioso e preciso em seus objetivos estratégicos e ao mesmo tempo flexível e gradual em sua implantação”. Reafirmam-se como princípios orientadores “a solidariedade e a cooperação, na busca de maior equidade, redução da pobreza, diminuição das assimetrias e o fortalecimento do multilateralismo”; a “soberania, com relação à integridade territorial e a autodeterminação dos povos, assegurando a prerrogativa dos Estados nacionais decidirem suas estratégias de desenvolvimento e a sua inserção internacional, sem ingerências externas nos seus assuntos internos”; a paz e a solução pacífica das controvérsias; a democracia e o pluralismo; os direitos humanos; e a “harmonia com a natureza” (*sic*).

A declaração ainda considera fundamental aprofundar as ações nas áreas de cooperação comercial; integração financeira; conexão industrial e

31 O chanceler brasileiro recorda que “na questão da ALCA, nós mudamos a agenda da América do Sul. Posso dizer que, com minha experiência de 50 anos em relações internacionais, mudar um projeto básico dos Estados Unidos não é uma coisa fácil” (AMORIM, 2014, p. 41).

produtiva; reconhecimento de uma cidadania sul-americana; promoção da identidade cultural comum sul-americana. Porém a prioridade seria avançar em outras quatro ações: a superação das assimetrias, um Novo Contrato Social sul-americano, a integração energética e a infraestrutura³².

Sobre a postura de Hugo Chávez, devemos tomar em consideração que seus movimentos tinham a capacidade de empurrar e acelerar o processo integracionista, por meio de inflamados discursos ou de ações. A política externa da Venezuela, também baseada na diplomacia presidencial, tinha dois impactos principais sobre o Brasil e a Argentina. Em primeiro lugar, estimulava que Brasília e Buenos Aires assumissem um posicionamento mais ativo diante de temas considerados centrais da integração. Por exemplo, mesmo que a criação da Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América (ALBA)³³ represente efeitos positivos sobre a vida de milhões de pessoas, consideramos que seu maior impacto geopolítico tenha sido estimular o Brasil e a Argentina a promoverem o MERCOSUL-Social, o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e o Sistema de Moedas Locais do MERCOSUL (SML), além de aceitarem a formação do Banco do Sul³⁴.

32 Na ocasião, foi anunciada a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005-2010 da IIRSA, um conjunto de 31 projetos de alto impacto, considerados prioritários pelos governos. Criada para construir corredores de exportação e para ser a coluna vertebral da ALCA, a IIRSA passou a ser vista com desconfiança pelos governos progressistas. A preocupação do Brasil também se devia ao fato do Comitê Técnico, que em última instância dava aval aos projetos, ser composto pelo BID, a CAF e o FONPLATA, sem contar com o BNDES. Em 2009, foi criado o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que enquadrava politicamente a IIRSA e busca dar nova orientação aos seus 579 projetos (PADULA, 2011).

33 Os presidentes da Venezuela e de Cuba criaram a Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), em 2004, como contraponto à ALCA. A proposta estava baseada em critérios como soberania, solidariedade, reciprocidade e complementaridade. Em 2009, durante a VI Cúpula Extraordinária da ALBA, foi formalizada a adesão de Equador, São Vicente e Granadinas, e Antigua e Barbuda como membros, somando-se a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica e Honduras. Na ocasião, o nome “Alternativa” foi substituído por “Aliança”.

34 Em julho de 2006, a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao MERCOSUL. No entanto, diante da oposição dos parlamentares paraguaios, o país caribenho teve que esperar seis anos para ser admitido no bloco. Em 2012, com um golpe de Estado *express*, 76 parlamentares interromperam o mandato do presidente Fernando Lugo, que havia sido eleito com mais de 765 mil votos. O país foi suspenso do MERCOSUL e, assim, a Venezuela pode entrar. Desde Caracas, Chávez (2012a) disse: “Es la más grande oportunidad histórica que en 200 años se nos presenta en el horizonte, porque éramos una colonia. Venezuela estaba condenada al subdesarrollo, al atraso, al coloniaje, a la miseria. Estamos ahora ubicados, como miembros plenos del MERCOSUL, en nuestra exacta perspectiva histórica. Nuestro Norte es el Sur; estamos donde hemos debido estar siempre; estamos donde Bolívar nos dejó pendientes para estar, para ser... Nos están ustedes permitiendo ser nosotros mismos, volver al ser originario”. Em 2013, o parlamento Paraguai finalmente aprovou o ingresso da Venezuela. Em 2016, depois da vitória de Maurício Macri na Argentina e do golpe de Estado no Brasil, ganhou força o movimento anti-integracionista que pretende acelerar o TLC entre o MERCOSUL e a União Europeia. Para tanto, é fundamental neutralizar a postura altiva da Venezuela dentro do bloco e, em última instância, derrubar o governo de Nicolás Maduro.

Em segundo lugar, Chávez possibilitava que o Itamaraty exercesse uma função relevante no processo de integração, como o conciliador entre posições extremas. Isto porque de um lado estava a postura contestadora da Venezuela, seguida de perto pela Bolívia e à distância pelo Equador. E, de outro lado, estava a comportada submissão a Washington, com posturas decididas por parte da Colômbia e do Chile e vacilantes por parte do Peru. Este cenário dava ainda mais legitimidade ao Brasil, que assumiu seu tradicional papel de mediador de conflitos e de terceiro interessado. O fortalecimento do MERCOSUL e a grande proximidade com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, além das demais características do Brasil, ampliavam o reconhecimento do país como principal negociador e articulador. Do ponto de vista geopolítico, ganhava forma um novo eixo, em torno da Argentina, do Brasil e da Venezuela.

Neste cenário, Granato (2014, p. 131) aborda a conformação de uma “aliança estratégica” entre o Brasil e a Argentina, a “força motriz, base ou eixo gravitacional das diferentes etapas da integração na região”. Sobre esta premissa, afirma, “repousa a ideia de que são as concepções integracionistas do Brasil e da Argentina aquelas que serão as que ‘moldarão’, no século XXI, a geometria do processo de integração na América do Sul”³⁵.

A ideia vai ao encontro das proposições de Hélio Jaguaribe (2008, p. 309-316). Para o sociólogo brasileiro, o acesso à autonomia está relacionado a dois fatores: a viabilidade nacional e a permissividade internacional³⁶. A este respeito, considera que a união entre os dois maiores países da América do Sul, que contam com bons indicadores de viabilidade nacional, somada ao

35 Sobre a preocupação com as assimetrias, Granato (2014) salienta que “foram aprovadas a Decisão CMC N° 28/03, que estabelece que o MERCOSUL impulsionará em todas as negociações externas, com terceiros e grupos de países, a obtenção de um tratamento diferenciado para o Paraguai, em função de sua condição de economia menor e de país sem litoral marítimo; a Decisão CMC N° 29/03, que estabelece um regime de origem diferenciado com vistas a facilitar ao Paraguai a execução de uma política de industrialização orientada à exportação; e a Decisão CMC N° 32/03, que estabelece instrumentos de políticas comerciais diferenciados para o Paraguai e o Uruguai”.

36 Sobre a “viabilidade nacional”, o economista argentino Aldo Ferrer (2006) explica que “dentro del enfoque histórico, estructural y sistémico del pensamiento de Prebisch y del estructuralismo latinoamericano, podemos apelar a categorías como densidad nacional y viabilidad nacional para vincular al proceso de desarrollo con la globalización. La segunda implica que un país conserva suficiente poder decisorio para trazar el rumbo de su desarrollo y forma de inserción en el orden global. La primera, abarca el conjunto de circunstancias endógenas que hace posible la segunda”. Já a “permissividade internacional” está relacionada com as brechas ou as janelas de oportunidade para movimentos dentro da hierarquia mundial.

cenário favorável dentro do Sistema, lhes proporcionaria maiores espaços de permissividade internacional. Afirma que:

Argentina e Brasil dispõem de condições para escapar ao destino a que isoladamente estariam condenados, de se converterem em meros segmentos do mercado internacional e em províncias do 'Império Americano'. A partir da formação de uma sólida, estável e confiável aliança, criarão as bases para a consolidação do MERCOSUL e da integração sul-americana, se assegurando um grande destino histórico. Se não o fizerem, renunciarão a sua identidade nacional e a qualquer protagonismo histórico, convertendo-se em mera geografia... A chave para a preservação dessa identidade nacional e da dos demais países sul-americanos consiste na formação de uma sólida e confiável aliança estratégica entre Argentina e Brasil, a que se agregue, o mais prontamente possível, a Venezuela. A tríade A-B-V conduzirá, seguramente, à consolidação do MERCOSUL e, decorrentemente, da Comunidade Sul-Americana de Nações (JAGUARIBE, 2008, p. 300-301)³⁷.

Também para Guimarães, o Brasil deve ter clara a cadeia de prioridades para a construção da integração: as relações com a Argentina, a ampliação do MERCOSUL e a construção da união da América do Sul.

A América do Sul se encontra, necessária e inarredavelmente, no centro da política externa brasileira. Por sua vez, o núcleo da política brasileira na América do Sul está no MERCOSUL. E o cerne da política brasileira no MERCOSUL tem de ser, sem dúvida, a Argentina. A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. Qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves consequências e correrá sério risco de fracasso (GUIMARÃES, 2008)³⁸.

Com Lula e Kirchner, o grau de compromisso mútuo entre o Brasil e a Argentina foi ficando mais evidente a cada nova iniciativa. Houve um acontecimento bastante representativo em março de 2006. Na ocasião, o governo argentino apresentou a proposta de ativar um Mecanismo de

37 O autor ainda aponta: "O que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes condições do mundo, um requisito *sine qua non* para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõe, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar a sua identidade nacional e seu destino histórico" (JAGUARIBE, 2008, p. 300-301). Barnabé (2013, p. 279) fala em uma liderança coletiva de Argentina, Brasil e Venezuela (o ABV), "como uma possibilidade real, apesar das diferenças existentes entre os três países, para a consolidação de um modelo próprio e autônomo de integração regional na América do Sul".

38 Bueno (2012, p. 57) igualmente interpretou a aproximação com a Argentina como elemento central: "Esta observação reforça o fato de ao longo de nossa história as conversações sobre integração sempre começarem pela Argentina, vista não apenas como parceira preferencial, mas também pela ciência de sua presença e influência entre os países de fala espanhola, levando nossas autoridades, de Rio Branco a Jânio Quadros a perceber que nossas tentativas de aglutinação e influência no segmento sul do hemisfério seriam ineficientes se não contassem com a influência compartilhada com o vizinho do Prata".

Adaptação Competitiva (MAC), que permitiria ao país proteger-se de importações que geravam danos à indústria local. Na realidade, os dois países poderiam solicitar a aplicação de salvaguardas no caso de um aumento das importações oriundas do vizinho resultar prejudicial à sua indústria. Depois de longas e complexas negociações conjuntas, ficou acordada a aplicação do mecanismo compensador³⁹. No caso das economias do Paraguai e do Uruguai, são outros os tipos de estímulos para enfrentar as assimetrias⁴⁰.

Este tipo de solução amistosa e efetivamente cooperativa demonstra que existe um amplo espaço político para resolver eventuais contradições e conflitos dentro do bloco⁴¹. Ferrer (2007, p. 151) sustenta que: “el MERCOSUL es el espacio donde se ha preservado la mayor libertad posible en el establecimiento de los cauces de la integración regional... Por esto mismo, en el MERCOSUR se expresan con mayor claridad los conflictos y convergencias que emergen de las situaciones nacionales y de la integración”. É fundamental este passo de reconhecer as assimetrias e depositar esforços para desconstruí-las. Vale insistir que a situação atual foi acumulada durante décadas e, certamente, não será corrigida de maneira fácil e ligeira, em poucos anos.

No entendimento do ex-presidente Lula (2010, p. 2), “o MERCOSUL, enfim, constitui um ambicioso projeto, e seu sucesso nos ajudará a transformar

39 De acordo com a visão de Garcia (2013, p. 60), “o MERCOSUL não abandona seu objetivo de ser uma união aduaneira perfeita, o que não é fácil tendo em vista a assimetria das economias dos países que o integram. Essas assimetrias, que muitas vezes provocam tensões entre seus integrantes, fazem parte de todos os processos de integração. Elas refletem, ao mesmo tempo, os limites de uma associação regional fundada apenas, ou centralmente, no livre-comércio. O peso desmesurado da economia brasileira e, em certa medida, da própria economia argentina, tende no mais das vezes a perpetuar as assimetrias ou até mesmo agravá-las”.

40 É crucial que Brasília e Buenos Aires se preocupem em ampliar as oportunidades para Assunção e Montevideu. Em 2005, ganhou forma o processo de eliminação da dupla cobrança da TEC para os bens importados de terceiros países que ingressassem no território de algum dos Estados do MERCOSUL. Em 2007, o Brasil propôs autorizar que o Uruguai e o Paraguai pudessem incorporar a seus produtos até 70% de elementos de países de fora do MERCOSUL, e que estes bens circulassem sem taxas adicionais dentro do bloco. Em 2010, foi aprovado o Código Aduaneiro do MERCOSUL. A medida tem estimulado a criação de fábricas nos arredores de Assunção e Ciudad del Este. Baixos impostos e salários atraem investimentos especialmente nos setores de autopeças, calçados, têxteis, plásticos e frigoríficos. Vale apontar que 47% das exportações totais do Paraguai e 45% das uruguaias vão para os demais membros do MERCOSUL.

41 Martins (2011) fala em uma “liderança cooperativa” do Brasil. Afirma que “esta matriz vem sendo assumida pela política externa brasileira, mas carece de mais força no aparato estatal para que possa orientar a política econômica nesta direção. Este objetivo depende necessariamente de avanços nos processos de democratização no país, capazes de deslocar o exercício da hegemonia para setores mais amplos da nação, centrados nos trabalhadores em seu conjunto e no empresariado articulado aos seus interesses”.

a difícil herança deixada por séculos, de tirania colonial e pós-colonial que nos dividiu, em prosperidade coletiva que nos unirá”. O mandatário manteve a decisão de ativar o MAC mesmo frente à resistência de setores empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que consideraram a medida como negativa dentro da sua interpretação da integração⁴².

Em algumas análises prevalece uma tendência liberal que interpreta as concessões dentro do MERCOSUL como se fossem graves falhas, debilidades ou até mesmo irregularidades. Desde esta ótica, estaria errado, por exemplo, que o bloco se afastasse do livre-comércio puro e oferecesse tratamento diferenciado para os países menores. O grande salto dado pelo Brasil, e também pela Argentina, foi admitir – pelo menos no campo da retórica – que ou as regras são flexibilizadas para garantir ganhos às economias menores ou o MERCOSUL quebra. Aldo Ferrer apresenta esta situação como a diferença entre o “MERCOSUL ideal” e o “MERCOSUL possível”⁴³.

Nogueira Batista Jr. (2007, p. 127) esclarece que “quotas, salvaguardas e outras barreiras são admissíveis num processo de integração, mesmo em áreas de livre-comércio ou uniões aduaneiras... Pela legislação internacional, acordos de livre-comércio ou uniões aduaneiras não implicam necessariamente total ausência de barreiras tarifárias ou não-tarifárias entre os países membros”⁴⁴. Portanto, de acordo com esta análise, inclusive desde um ponto de

42 Na perspectiva do ex-presidente Kirchner, “o MERCOSUL deve ser, também, um bloco de assistência recíproca para o desenvolvimento equilibrado e para que se obtenha o melhor desempenho de nossos setores produtivos, sem se ignorarem as assimetrias existentes, nem prejudicar os setores internos dos nossos países. Benefícios simétricos, mecanismos flexíveis, graduais e progressivos devem ser instrumentalizados de forma prática, ao se criar emprego e gerar equidade e bem-estar para os povos de todos os países” (GRANATO, 2014, p. 123).

43 Por sua vez, Paulo Roberto de Almeida (2014, p. 34-36) considera que “no meio do caminho, o MERCOSUL enfrentou alguns percalços, mas poderia ter continuado a avançar, se não fossem orientações totalmente contrárias ao espírito original do Tratado de Assunção, que passaram a guiar as ações desses dois países, a partir das administrações de Lula e Kirchner... Desde então, o MERCOSUL só fez recuar no plano do comércio e da abertura econômica, ainda que criando novos dispositivos de caráter político e social, que não estavam contemplados no tratado original, a não ser de modo muito vago e indireto”. O diplomata atribui a Lula e a Kirchner os “fracassos e retrocessos continuados”. Além disso, considera que, “para que os objetivos teóricos de um processo de integração sejam plenamente realizados, seria preciso que as políticas econômicas dos membros, em especial as políticas comerciais e industriais, ademais da coordenação macroeconômica entre eles, correspondam aos ideais da abertura econômica e da liberalização comercial”.

44 O autor continua: “A consolidação do MERCOSUL não será possível se o Brasil insistir em aplicar os dogmas econômicos da década de 1990. Ao contrário, bater nessa tecla enfraquecerá o bloco e minará a aliança com a Argentina, que é fundamental para a

vista estritamente técnico não há nada de irregular na adoção de medidas compensatórias e de combate às assimetrias.

Ainda em 2006, o presidente Evo Morales declarou a nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia. A medida teve impactos sobre a Repsol, a Total e a Petrobras, mas afetou especialmente esta última, que controlava grande parte da cadeia produtiva, nas atividades de extração, refino e distribuição. Além de assumir os ativos da empresa brasileira, a estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) aumentou os impostos de 50% para 82% e elevou os preços por milhar de BTU (unidade que mede a quantidade de energia). Alguns meses depois, falando sobre o caso, Lula (2007, p. 5) afirmou: “Eu nunca vacilei. Estava em época de eleição quando o Evo quis nacionalizar o gás dele e eu disse: ‘O gás é do Evo, ele está correto de nacionalizar. O gás é um instrumento, é uma matéria-prima, e é a única coisa que a Bolívia tem’”⁴⁵. A postura do governo brasileiro causou forte rechaço da grande imprensa tupiniquim⁴⁶.

integração sul-americana e a política externa brasileira em seu conjunto. A agonia não é do MERCOSUL. O que está agonizando é a concepção liberal de integração, que predominou na América Latina nos anos 90”.

45 Outro caso demonstrativo da disposição brasileira para o diálogo e a cooperação foi o acordo para triplicar as receitas paraguaias oriundas da exportação de energia elétrica da empresa Binacional Itaipu. Lula (2007b, p. 5) defendeu que “o Brasil tem que fazer concessões, porque a economia do Paraguai é muito pequena diante da economia do Brasil. O que vale para eles com importância, para nós muitas vezes não vale nada. O que são 100 milhões para o Brasil? Nada. Para o Paraguai é uma importância extraordinária. E o Brasil precisa ter isso em conta”. Garcia (2013, p. 61) lembra que “a renegociação das tarifas de Itaipu foi outra batalha difícil e a aprovação do acordo firmado entre os presidentes Lula e Lugo só foi obtida após intensa batalha parlamentar, na qual opositores não economizaram considerações chauvinistas”.

46 Reproduzimos um breve fragmento da edição especial da revista *Veja*: O Brasil levou um chute no traseiro dado por Hugo Chávez e seu fantoche boliviano, Evo Morales. Antes, foram ambos a Cuba pedir a bênção do patriarca Fidel Castro para o que planejavam fazer. Nenhum desses companheiros se deu à delicadeza de avisar o ocupante do Palácio do Planalto, que se julgava um líder regional com estofamento até para ser líder mundial. Pobre Lula. Foi o último a saber que o presidente Morales iria se apossar de propriedades brasileiras na Bolívia e colocar em risco o abastecimento nacional de gás natural. A reação do presidente Lula foi ainda mais constrangedora: engoliu o desaforo e ainda se solidarizou com o agressor, a Bolívia. Para ampliar o efeito pirotécnico, Evo Morales escolheu o Dia do Trabalho, 100º de sua posse na Presidência, e comandou pessoalmente as tropas que tomaram a refinaria da Petrobras em San Alberto, o maior campo de extração de gás natural da Bolívia (SCHELP, 2006). Paulo Nogueira Batista Jr. (2008, p. 233) comenta: “Em 2006, a crise entre o Brasil e a Bolívia desencadeou, em certos meios brasileiros, uma súbita e veemente onda nacionalista. Por algum tempo, o clima predominante foi de indignação e preocupação alarmada com os interesses nacionais. Há muito tempo não se via tanta ênfase patriótica no Brasil. Muitos passaram a exigir providências duras contra o país vizinho. Não por acaso, entre os mais exaltados estavam os que se notabilizam por grande docilidade quando há conflitos de interesses, não com a modesta Bolívia, mas com os Estados Unidos ou outros países desenvolvidos”.

Visivelmente, os esforços de Lula, Chávez e Kirchner surtiram resultados. Provavelmente 2008 tenha sido o momento mais elevado do ímpeto integracionista até hoje. Em maio daquele ano criou-se a União Sul-Americana de Nações (UNASUL) como uma organização internacional dotada de personalidade jurídica, integrada pelos 12 países do continente. Nascia o Consenso sem Washington⁴⁷. Na estrutura da instituição, foram definidos quatro órgãos: o conselho de Chefes de Estado; o conselho de ministros das Relações Exteriores; o conselho de Delegados; e a Secretaria Geral. Depois de seis décadas, finalmente a OEA foi retirada do centro da atuação internacional da região⁴⁸. Kirchner foi escolhido para assumir a função de primeiro secretário-geral da UNASUL, permanecendo na função até outubro de 2010, quando faleceu⁴⁹. O discurso de Lula (2007b, p. 5) vai direto ao ponto:

Não havia experiência dessa relação de integração. Sempre houve a experiência de um país pujante como o Brasil, de um país pujante como a Argentina, com parceiros mais fracos. Portanto, era quase a lei do cão, ou seja, toda a vantagem para os países mais ricos. Não

47 O termo foi batizado alguns anos mais tarde, quando o então chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro (2012), afirmou: “Está claro que tenemos dos Américas, una que es la Nuestra, una América mestiza, hermana, solidaria, donde todos nos respetamos y nos tratamos en términos de hermandad y otra que ya está en declive, tiene una visión arcaica, obsoleta, imperial que no corresponde con los nuevos tiempos, con la nueva América... Estas cumbres se crearon para imponer el modelo del ALCA, en su momento en el año 1994. En el año 2005, en Mar del Plata, eso fue derrotado totalmente y desde allí nuestro continente ha tomado un camino de construcción de sus propias organizaciones: UNASUR, CELAC, de consolidación del MERCOSUR, ALBA... Podríamos decir que del Consenso de Washington se pasó a un consenso sin Washington, al consenso de la verdad que es el Consenso de América Latina”.

48 Menos de dois anos depois, em fevereiro de 2010, foi criada a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), deslocando de vez a OEA. De acordo com Pedro Sliva Barros (2014), atual Diretor Econômico da UNASUL, “é consenso que há uma diminuição da importância da OEA e que esta coincide com o declínio da Cúpula Ibero-Americana, formulada e financiada majoritariamente por Espanha e Portugal. [Esta cúpula] nasceu com os preparativos das comemorações espanholas pelos 500 anos da ocupação europeia das Américas, na tentativa de aumentar seu peso político ao se apresentar como interlocução privilegiada com a América Ibérica... A edição de 2013 da Cúpula Ibero-Americana foi realizada (não por acaso) no Panamá com a presença de menos da metade dos chefes de Estado dos países membros e sua principal decisão foi que a partir de 2014 o fórum passará a ser bienal, não anual como havia ocorrido nos últimos 23 anos. Dos doze presidentes sul-americanos, apenas Juan Manuel Santos, da Colômbia, e Horacio Cartes, do Paraguai, foram ao evento”.

49 Calixtre e Barros (2011, p. 189) apontam três eixos temáticos principais dentro da UNASUL: infraestrutura, finanças e defesa. É oportuno recordar que o Conselho de Segurança e Defesa (CSD) cumpriu um papel crucial para dissipar as tentativas de golpes de Estado na Bolívia, em 2008; no Equador, em 2010; e na Venezuela, em 2014. Recentemente, o Brasil aprovou a sua Estratégia Nacional de Defesa, que prevê “estimular a integração da América do Sul. Essa integração não somente contribui para a defesa do Brasil, como possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afasta a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano é um mecanismo consultivo que se destina a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região. Orienta-se pelo princípio da cooperação entre seus membros” (BRASIL, 2012).

pode. Definitivamente, nós não faremos integração assim... Senão, o que acontece? Ficam, de um lado, os países achando que a Argentina é um país imperialista. De outro lado, os companheiros da Bolívia olham para o Brasil e tratam-no como imperialista; do outro lado, os companheiros do Paraguai olham o Brasil e tratam-no como imperialista. Obviamente que tem que ser assim, porque nós não fazemos aquilo que tem que ser feito em política internacional. Nós temos que ceder para esses países menores poderem crescer; e esse crescimento deles será bom para o Brasil e será bom para a Argentina.

Depois de alguns anos observando esta nova situação, diversos intelectuais buscaram interpretar o sentido geral dos movimentos e definir conceitos que pudessem explicar o processo de integração. Um dos textos pioneiros no Brasil, que buscou apresentar o termo “regionalismo pós-liberal”, foi elaborado por um *think tank*, o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES). No trabalho de Veiga e Ríos (2007, p. 21), sustenta-se o mesmo que, de certa forma, os presidentes progressistas já vinham pleiteando desde 2003:

A hipótese básica do regionalismo pós-liberal é que a liberalização dos fluxos de comércio e de investimentos e sua consolidação em acordos comerciais não apenas não são capazes de gerar ‘endogenamente’ benefícios para o desenvolvimento, mas ainda podem reduzir substancialmente o espaço para a implementação de políticas nacionais “de desenvolvimento” e para a adoção de uma agenda de integração preocupada com temas de desenvolvimento e de equidade.

Na sua interpretação, há dois componentes que definem o regionalismo pós-liberal. O primeiro deles é uma acentuada diminuição da importância dada ao âmbito comercial ou, também, um maior controle estatal sobre a agenda comercial. O segundo busca depositar maior importância nos assuntos econômicos não comerciais ou diretamente em temas não econômicos (VEIGA & RÍOS, 2007, p. 28). A este respeito, o presidente Kirchner afirmou, em 2006, que “existe hoje maior consciência do complexo que é superar uma visão de integração estritamente concebida como acordo comercial, e superá-la com uma visão de unidade política orientada ao desenvolvimento produtivo e social de nossos povos” (GRANATO, 2014, p. 123).

Por este motivo, Lima e Coutinho (2006, p. 14) apontam que os governos progressistas pensaram a integração de forma mais “abrangente”, migrando de um “modelo do tipo *rule-driven* (dirigido por regras) para outro do tipo *policy-driven* (dirigido por políticas)”. É perceptível o adensamento das relações, que transcenderam o âmbito comercial e foram elevadas para

patamares superiores. A criação da UNASUL e da CELAC, e os avanços do MERCOSUL refletem o andamento geral, o avanço de uma nova onda de regionalismo⁵⁰.

A professora Maria Regina Soares de Lima (2014) considera que houve quatro grandes transformações da política externa brasileira orientada para a América do Sul pós-2003: a concepção da integração mais ampla do que a perspectiva meramente comercial; o reconhecimento das assimetrias; a vinculação da prosperidade do Brasil com a da região; e a busca pela construção de um polo de poder regional por meio da UNASUL. Todas essas mudanças refletiriam a maturidade da diplomacia brasileira de interpretar o cenário e de contribuir conscientemente para colocar o conjunto de países sul-americanos em um lugar de relevo na nova configuração do Sistema.

A história segue

A revisão das linhas fundamentais do posicionamento da política externa do Brasil ao longo do século XX permite identificar uma continuidade ziguezagueante nas posturas desde Rio Branco até Lula, passando por breves períodos nos quais extraordinariamente não prevaleceu uma orientação política de busca pela autonomia e de preocupação com o espaço sul-americano. Podemos afirmar que o alinhamento com a potência hemisférica representou um peso majoritário exclusivamente durante os governos de Eurico Gaspar Dutra, Humberto Castelo Branco e Fernando Henrique Cardoso.

Depois de 2003, o Brasil conduziu o seu foco à edificação do sul-americanismo. Este processo ocorreu em um cenário de reafirmação dos interesses nacionais e regionais, e de construção de um regionalismo pós-neoliberal, constituindo uma terceira onda de integração e um “Consenso sem Washington”. A criação da UNASUL e as profundas mudanças no MERCOSUL representam a consolidação da postura brasileira com relação ao continente. Desta maneira, pode-se afirmar que o pan-americanismo foi uma criação da América inglesa e o latino-americanismo, uma obra da América espanhola.

50 Nas palavras do presidente Lula, “o MERCOSUL não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem vocação de ser um efetivo espaço de integração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania” (GRANATO, 2014, p. 104). No discurso de posse do seu segundo mandato, Lula (2007, p. 5) afirmou: “Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-Americana de Nações”.

Assim, o sul-americanismo poderia ser interpretado como um invento da América portuguesa, ou seja, do Brasil, para cimentar a integração regional.

As iniciativas promovidas ou estimuladas pelo Brasil, muitas realmente inéditas, são resultantes de um processo longo, de continuidade e permanente amadurecimento de uma perspectiva sul-americanista. Mas também são frutos de um emaranhado de acontecimentos e casualidades, como a crise da unipolaridade estadunidense e a confluência coincidente de outros presidentes guiados por uma visão integracionista.

Sustentamos que existe uma linha clara, de construção coletiva, edificada por intelectuais, políticos e governantes da América do Sul, que aglutina reivindicações apresentadas há duzentos anos pelos Libertadores. Existe uma construção histórica do pensamento da integração regional, que se revigora, modifica e expande seguindo orientações comuns desde o início do século XIX. Portanto, desde nosso ponto de vista, o vigoroso tronco estrutural da estratégia de inserção internacional do Brasil não será modificada facilmente por governos anti-nacionais, liberais e associados a Washington⁵¹.

Entendemos que o grave momento atual, de refluxo, exige o aprofundamento dos estudos e da compreensão da dinâmica dos processos de integração da América do Sul. Tratemos de acumular forças e conhecimento para as próximas rodadas que virão. A história segue.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Integração regional e políticas comerciais na América Latina. **Revista Sapientia**, São Paulo, v.3, n.18, p. 31-36 jun./jul. 2014.

AMORIM, Celso. Apresentação especial no **VI Curso para Diplomatas Sul-Americanos**. Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2009.

51 Aos cétricos, algumas perguntas. Quem diria que no meio da ditadura militar o Brasil alçaria um de seus mais autênticos, sólidos e autônomos voos com o Pragmatismo Responsável e Ecumênico do presidente Ernesto Geisel? Na ocasião, aprofundaram-se as relações com os países árabes, com o campo socialista, a África recém-emancipada e a Europa Ocidental. Ou, quem diria que pouquíssimos anos depois da vitória acachapante dos Estados Unidos e do surgimento da Nova Ordem unipolar, surgiria uma Política Externa Ativa e Altiva?

_____. Início de uma política externa ativa e altiva. In: Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berron, Gonzalo (Orgs). **2003-2013: uma nova política externa**. Tubarão: Editora Copiart, 2014. p. 31-51.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância da América do Sul na sua política exterior. **Revista Temas & Matizes**, Cascavel, PR, v.7, n.14, p. 9-32, 2008.

_____. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARNABÉ, Israel Roberto. Do ABC ao ABV: o eixo Argentina, Brasil e Venezuela na integração da América do Sul. In: SARTI, Ingrid et al. **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI**. Rio de Janeiro: PerSe, 2013. V.1, p. 269-280.

BARROS, Pedro Silva. Venezuela: a OEA, a Unasul e a política externa brasileira. **Ópera Mundi**. Caracas, 2 abr. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/34655/venezuela+a+oea+a+unassul+e+a+politica+externa+brasileira.shtml>>.

BARROS, Pedro Silva; RAMOS, Felipe S. O novo mapa da integração latino-americana: balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013). **Revista IMEA**, v. 1, n.2, p. 7-20, 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. **Observatório da Economia Global**, Textos avulsos, n.10, abr. 2012.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. In: **I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, Rio de Janeiro, 6 e 7 jul. 2006. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. A América do Sul em movimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.28, n.2, p. 226-238 abr./jun. 2008.

BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à operação pan-americana. In: **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012.

CALIXTRE, André; BARROS, Pedro Silva. Além da circunstância: caminhos da integração sul-americana - do MERCOSUL à UNASUL. In: VIANA, André Rego; CALIXTRE, André; BARROS, Pedro Silva. **Governança global e integração da América do Sul** (Orgs.). Brasília: IPEA, 2011, p. 177-196.

CARMO, Corival Alves do. O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa brasileira. In: **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), Buenos Aires, 2012.

CHÁVEZ, Hugo. **Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela**, pronunciado en la Cumbre Extraordinaria de MERCOSUR, Brasilia, 31 jul. 2012a.

_____. "Fidel me dijo 'Chávez, échale un ojo a Kirchner'". Entrevista a Mercedes López San Miguel, **Página 12**, Argentina, 10 oct. 2012b. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/4-60744-2012-10-10.html>>.

COMUNIDADE Sul-Americana de Nações. **Documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Ministério das Relações Exteriores, 2005.

COSTA, Darc Antonio da Luz. **Estrategia Nacional**: la cooperación Sudamericana como camino para la inserción internacional de la región. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências pan-americanas (1889 a 1928): identidades, união aduaneira e arbitragem**. São Paulo: Alameda, 2013.

ESCUDE, Carlos. **Realismo periférico**: bases teóricas para una nueva política exterior Argentina. Buenos Aires: Planeta, 1992.

FERRER, Aldo. Estructuralismo: un paradigma válido para abordar el futuro. In: PARRA LUZARDO, Gastón et al. **Raúl Prebisch**: pensamiento renovador. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2006.

_____. El éxito del MERCOSUR posible. **Revista de Economía Política**, São Paulo, v.27, n.1, p.147-156, jan./mar. 2007.

GARCIA, Marco Aurélio. Del destino a la construcción de un futuro. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.127, p. 118-126, sep./oct. 2008.

_____. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição. In: Sader, Emir; Garcia, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010, p. 153-176.

_____. Dez anos de política externa. In: _____. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. A política externa brasileira e a integração sul-americana. In: Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berron, Gonzalo (Orgs). **2003-2013: uma nova política externa**. Tubarão: Editora Copiart, 2014. p. 96-107.

GRANATO, Leonardo. **A Integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010)**. 2014. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Prefacio. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflicto e integración en América del Sur: Brasil, Argentina y EEUU**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. **O mundo multipolar e a integração Sul-americana**. Temas & Matizes, Cascavel, PR, v.7, n.14, p. 58-72, 2008.

_____. A União Europeia e o fim do MERCOSUL. **Carta Maior**. 26 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FA-Uniao-Europeia-e-o-fim-do-Mercosul%2F6%2F30799>>.

JAGUARIBE, Hélio. El Brasil y la América Latina. **Estudios Internacionales**, Santiago, Chile, v.8, n.29, p. 106-136, ene./mar. 1975.

_____. **Brasil, mundo e homem na atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. Avanços, impasses e desafios da integração. In: Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berron, Gonzalo (Orgs). **2003-2013: uma nova política externa**. Tubarão: Editora Copiart, 2014, p. 81-96.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Uma versão estrutural do regionalismo. In: DINIZ, Eli. **Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 125-151.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (Orgs.). **Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do Século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília, DF, 1 jan. 2003.

_____. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, durante na cerimônia de relançamento da Câmara de Comércio Brasileiro-Boliviana, Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 8 jul. 2004.

_____. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela, Caracas, 14 fev. 2005.

_____. **Pronunciamento à nação do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na Câmara dos Deputados, 1 jan. 2007a.

_____. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL, Belém, PA, 6 dez. 2007b.

_____. **Intervenções e discursos do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião plenária da 40ª Cúpula do MERCOSUL. Foz do Iguaçu, PR, 17 dez. 2010.

MADURO, Nicolás. Hoy el continente tiene una nueva América, un consenso sin Washington. **Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Rusia**, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. A América Latina e a economia mundial: conjuntura, desenvolvimento e prospectiva. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011. p 95-132.

PADULA, Raphael. **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana**: uma visão crítica à IIRSA. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL), 2011.

PEÑA, Félix. La integración del espacio sudamericano: ¿La Unasur y el MERCOSUR pueden complementarse? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.219, p.46-58, ene./feb. 2009.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. **Textos para discussão**, Rio de Janeiro, n. 3, 2013.

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX. **Cátedra INTAL**, p. 40-62, ene./feb., 1986.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____ (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2010. p. 135-143.

SCHELP, Diogo. Os líderes e o liderado. **Revista VEJA**, São Paulo, 10 maio 2006, Edição 1955.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Política exterior do Brasil para a integração e desenvolvimento da América Latina**. Foz do Iguaçu, PR. 9 set. 2014. Aula Inaugural do II Semestre Letivo da Universidade Federal da Integração Latino-americana.

TRÍAS, Vivián. **Bolívar y el nacionalismo del tercer mundo**. Caracas, Editora Emancipación, 2012.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra Polónia. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. **Serie Comercio internacional**. Santiago, Chile: CEPAL, n.82, jul. 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Brasil, a América do Sul e a América Latina/Caribe**: oportunidades e desafios da integração. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2010.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latinoamericano**. Barcelona: Ariel, 1976.